

Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS, SGFIM, SA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2010



Índice

1	Relatório de Gestão.....	3
1.1	Enquadramento Geral da actividade em 2010.....	4
1.2	Aspectos mais salientes da actividade em 2010.....	11
1.3	Contas 2010.....	15
2	Demonstrações Financeiras.....	17
2.1	Balanço em 31.12.2010 – Activo.....	18
2.2	Balanço em 31.12.2010 – Passivo e capital.....	19
2.3	Demonstração de Resultado em 31.12.2010.....	20
2.4	Demonstração de Rendimento Integral a 31.12.2010.....	21
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	22
2.6	Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31.12.2010.....	23
3	Anexos.....	24
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão.....	25
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	26
4	Certificação Legal das Contas.....	42

| 1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento Geral da actividade em 2010

Mercados financeiros em 2010

Uma economia mundial a duas velocidades

O crescimento económico mundial foi, com uma taxa estimada de 3,2% em 2010 superior às expectativas, e bem acima da sua média de longo prazo. No entanto essa retoma não foi uniforme.

Os países emergentes lideraram: +10,0 % na China, +7,8% na Ásia emergente, +5,6% na América Latina. A Europa emergente, cujo crescimento económico só atingiu +1,5%, foi a excepção.

Nos Estados Unidos, a progressão estimada do PIB foi de +2,7%, ou seja, muito menos do que a média dos emergentes e ligeiramente mais do que a Zona Euro (+2,0%). Na zona euro, as disparidades foram fortes, entre, por um lado, a Alemanha cuja economia progrediu a um ritmo de +4,0%, e por outro lado, a Grécia e a Irlanda, cujas economias sofreram uma forte recessão: -6,6% e -0,7% respectivamente (fonte Eurostat).

A crise da dívida pública

Nos anos 2007-2008, a dívida privada esteve na origem da crise financeira. Em 2009 e 2010, foi a dívida pública de alguns Estados Europeus que foi a grande fonte de preocupações.

A Grécia foi o primeiro país a sofrer da desconfiança por parte dos investidores, já em 2009. Em 9 de Maio de 2010, no âmbito do plano de salvaguarda do país, os Estados Membros anunciaram a criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF), dotado de 440 mil milhões de euros, e apoiado pelo FMI. A partir de 2013, esse fundo irá ser substituído de forma definitiva pelo Mecanismo Europeu de Estabilização (ESM).

No intuito de evitar essa situação, muitos países da União Europeia implementaram planos de rigor orçamental, entre os quais o Reino Unido, a Irlanda, Portugal e a Espanha. Essas medidas tomadas não impediram o contágio à Irlanda, que teve de pedir uma ajuda de 85 mil milhões de euros em Novembro de 2010. Portugal poderá também vir a recorrer à ajuda externa.

Caso a Espanha tenha de recorrer a um apoio externo, a crise mudaria definitivamente de dimensão: o fundo constituído actualmente não permite abranger valores da dimensão do país.

Face à pressão nos mercados obrigacionistas, o BCE ainda teve de iniciar, pela primeira vez, um programa de compra de obrigações dos países membros no mercado secundário, no intuito de lutar contra a especulação.

Mercados Bolsistas: consolidação, disparidades e volatilidade

A evolução das praças bolsistas reflectiu os ritmos de crescimento das economias no mundo. As praças dos mercados emergentes voltaram quase aos seus níveis mais altos. Assim, a performance medida pelo MSCI Emerging Markets atingiu ligeiramente mais de +16,0% em 2010.

Por outro lado, os mercados accionistas dos países desenvolvidos apresentavam ainda no final de 2010 um decréscimo de 20%, em dólares, relativamente aos seus níveis pré-crise, segundo os economistas da Natixis. Nos Estados Unidos, o índice S&P 500 progrediu de quase 13,0%, enquanto que o Eurostoxx50 perdeu cerca de -5,0%.

Na própria Europa, as disparidades também são fortes, entre os Países do Norte (+36% para o índice dinamarquês, +16% para o DAX) e os países “periféricos” (-36% para o índice grego, -17% para o IBEX, -11% para o PSI 20).

A fraca visibilidade quanto as perspectivas económicas de médio prazo, e as mensagens pouco claras por parte dos Estados contribuíram para uma forte volatilidade dos mercados. O auge foi atingido em Maio, com o índice VIX nos 46% e o VDAXX perto dos 50%.

Em termos sectoriais, os cíclicos ultrapassaram os defensivos, tanto nos Estados-Unidos como na Europa. Do seu lado, o sector bancário, ficou, obviamente particularmente fragilizado pela crise da dívida soberana.

Performance dos principais índices em 2010

DAX	16,1%	Alemanha
MSCI Emerging Markets	16,0%	Mercados Emergentes
S&P 500	12,8%	Estados-Unidos
MSCI World	9,6%	Mundo
FTSE	9,0%	Reino Unido
Stoxx 50	0,9%	Europa
Nikkei	-3,2%	Japão
CAC 40	-3,3%	França
Euro Stoxx 50	-5,4%	Zona Euro
PSI 20	-10,3%	Portugal
MIB	-13,2%	Itália
IBEX 35	-17,4%	Espanha

Fonte Bloomberg

Obrigações : deslocações das zonas de risco

Do lado dos emitentes públicos, as taxas baixaram em 2010 em quase todos os prazos, para os emitentes considerados como fiáveis (Alemanha, Estados-Unidos). O Bond americano, a 31 de Dezembro, estabelecia-se nos 3.29%, ou seja uma diminuição de 55 pontos de base. Mas, para os emitentes mais frágeis da zona euro, pelo contrário, as taxas subiram fortemente: dívida irlandesa 10 anos +422 pontos base para 9.06%, dívida espanhola +253 pontos de base para 6.60%, em 31 de Dezembro.

Do lado dos emitentes privados, os spreads encolheram, nomeadamente na categoria High Yield: -98 pontos nos Estados-Unidos e -152 pontos não zona Euro. As obrigações privadas da categoria Investment Grade já tinham beneficiado do fenómeno no ano anterior, e ficaram em 2010 relativamente estáveis.

Em termos geográficos, os emitentes emergentes beneficiaram da retoma económica. O índice EMBIG registou assim uma performance de 12% em total return.

Mercados cambiais: tensões acentuadas

No ano 2010, os desequilíbrios nos mercados cambiais pioraram, entre a sob-avaliação óbvia do yuan e a falta de virtude da política monetária americana.

Assim, a FED anunciou em Novembro um segundo round de “quantitative easing”, de forma a lutar contra a inflação, com um programa de compra de bilhetes do tesouro pelo valor de 600 mil milhões de dólares. Essa política levou ao enfraquecimento do dólar no segundo semestre do ano.

Por outro lado, a China, que passou em 2010 a ser a segunda economia mais potente do mundo, ficou hermética a qualquer evolução da sua política cambial. Durante o ano, a moeda chinesa apreciou-se em apenas 3.6%.

Neste contexto, o euro desempenhou numa certa medida o papel de moeda de ajuste, levando a uma grande volatilidade do câmbio euro/dólar. No primeiro semestre, a divisa europeia ficou enfraquecida pela crise grega e atingiu um ponto mais baixo em 8 de Junho (1€=1,19\$). No segundo semestre, a política desempenhada pela Fed inverteu a tendência, e o câmbio atingiu o seu ponto mais alto em 4 de Novembro (1€=1,42\$).

Forte subida das matérias primas

Face à situação no mercado cambial e à forte subida da aversão ao risco, o ouro manteve em 2010 o seu papel de valor refugio, com uma progressão de 29,55%, para 1.419,45\$ por onça.

O barril de petróleo progrediu, por seu lado, em 20,4% para 94,22\$.

De uma maneira geral, o índice Thomson Reuters/Jefferies Matérias Primas ganhou 17,6% durante o ano.

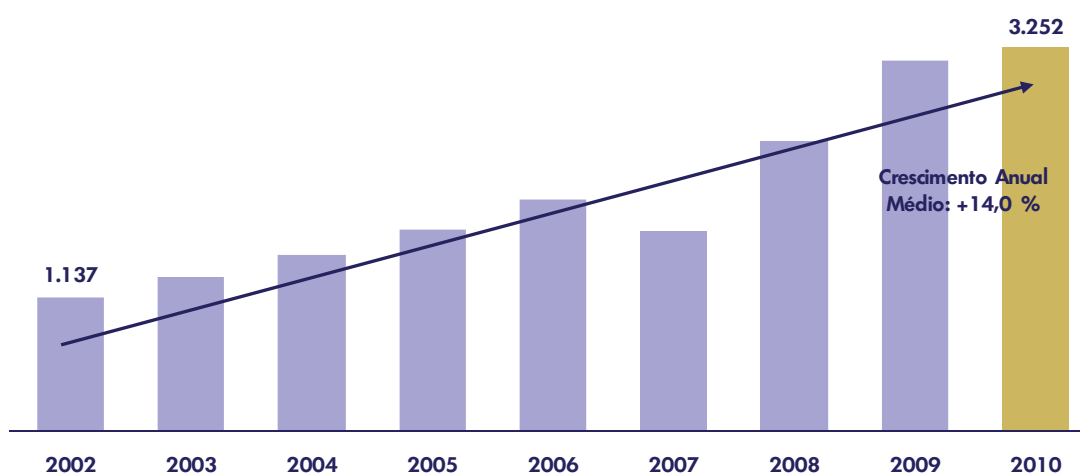
O mercado dos Planos Poupança Reforma

Evolução da produção e dos activos sob gestão

Nos últimos anos, os Planos Poupança Reforma (PPR) conheceram uma fase de forte expansão, registando, de 2002 a 2010 um crescimento anual médio de 14,0%, em termos de produção.

Segundo os recentes inquéritos, realizados em 2010 e referentes a 2009, pelo Banco de Portugal, o PPR é, com o depósito a prazo, o produto de poupança preferido dos Portugueses.

Produção de PPR – Ramo Vida – 2002-2010



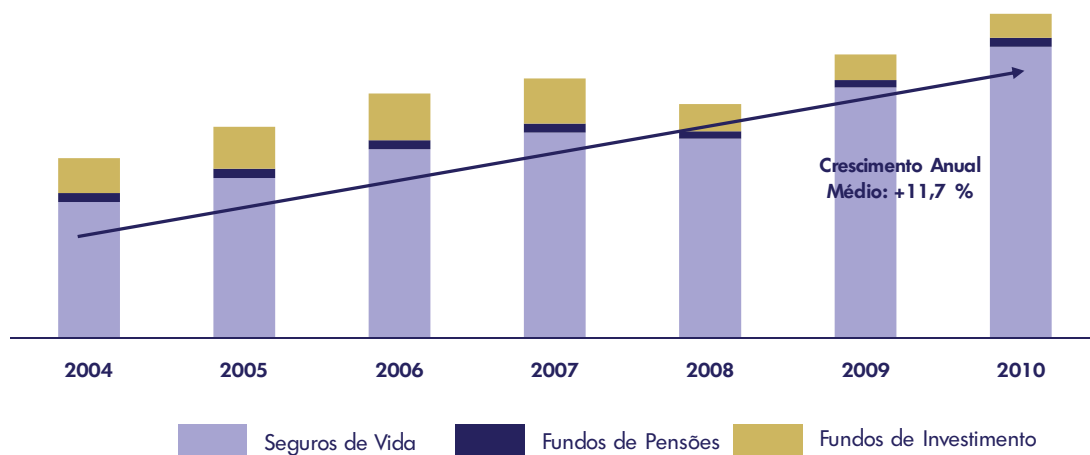
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PPR - Seguro de vida	1.137.175	1.300.794	1.497.774	1.714.164	1.961.288	1.698.220	2.465.855	3.144.816	3.252.481
PPR não ligado a fundos de investimento	1.096.382	1.253.704	1.356.720	1.441.808	1.509.375	1.264.290	1.899.343	2.726.103	3.028.312
PPR ligado a fundos de investimento	40.793	47.090	141.054	272.356	451.913	433.930	566.512	418.713	224.169

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

Fonte APFIPP, ISP, APS

Essa preferência traduziu-se ainda numa forte evolução do valor dos activos sob gestão, com um crescimento anual médio de 11,7% desde 2004.

Activos sob Gestão – 2004-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	CAGR 02 - 10
PPR - Seguro de vida	5.200.256	6.041.918	7.074.502	8.341.704	9.791.156	10.641.258	10.335.809	13.010.394	15.184.240	14,3%
PPR - Fundos de pensões	401.204	411.991	430.323	445.736	484.886	487.755	403.481	419.247	407.625	0,2%
PPR - SGRM	1.355.000	1.533.000	1.817.000	2.200.000	2.457.000	2.385.612	1.424.214	1.315.368	1.266.917	-0,8%
Total	6.958.462	7.988.912	9.323.829	10.989.445	12.735.048	13.516.632	12.165.512	14.747.018	16.860.792	11,7%

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

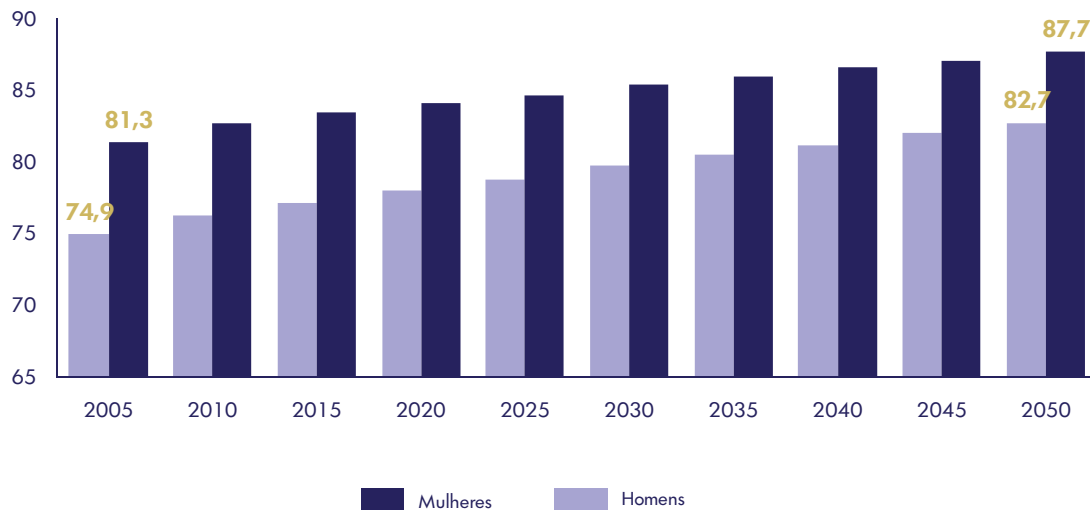
Fonte APFIPP, ISP, APS

A reforma, uma problemática do Século XXI

Desde a reforma do regime geral da reforma da Segurança Social, adoptada em Portugal em 2007, os portugueses tomaram consciência da necessidade de iniciar planos pessoais de poupança reforma.

Com o aumento da esperança de vida, o país vai envelhecer e o ratio de dependência subir.

Evolução da esperança de vida em Portugal – 2005-2050

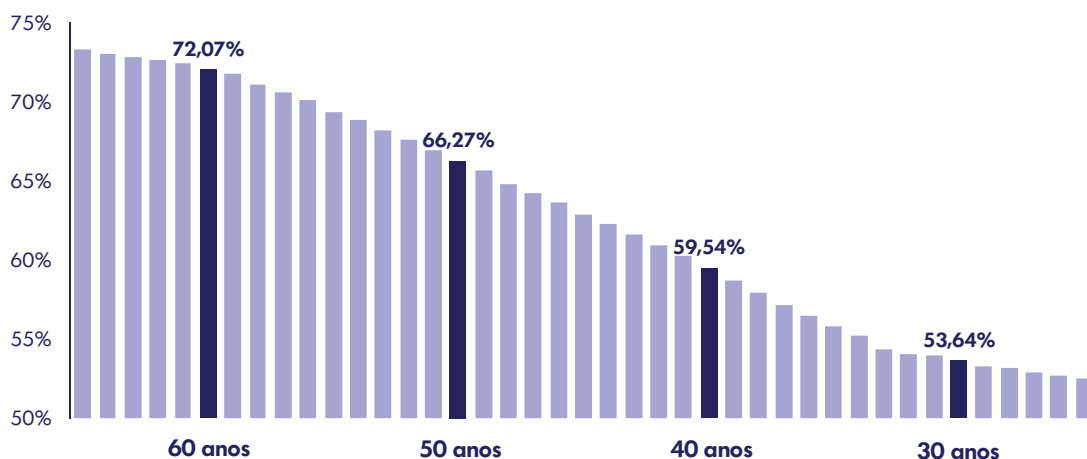


Estatísticas e Previsões

Fonte Eurostat

Assim sendo, e tendo em conta as novas regras de cálculo do valor das pensões, a taxa de substituição vai diminuir drasticamente. Dos 73% actuais, para quem tiver 65 anos agora, a taxa vai passar para 54% no caso da geração nascida em 1985.

Projectão da Taxa de Substituição à Idade da Reforma



Simulações Optimize, 40 anos de contribuições, Reforma aos 65 anos, Salário líquido Mensal de 1.500,00€ em 2010, Aumento médio anual de 1,50% líquido da inflação

Perspectivas

A tomada de consciência relativamente à reforma teve até agora um impacto significativo na evolução do mercado da poupança reforma. A fiscalidade vantajosa proporcionada pelo produto também apoiou as vendas: os contribuintes portugueses tinham até 2010 a possibilidade de deduzir 20% das suas entregas em PPR, até 400€, no IRS. Essa vantagem desaparecerá em 2011, devido às medidas de restrições orçamentais do Estado.

Nos próximos anos, o ritmo de evolução da produção está a ser ameaçado pelas mudanças de regime fiscal. A recessão económica prevista em 2011 pelo Governo português e as medidas de rigor orçamentais adoptadas nos próximos anos também poderão ter um impacto global negativo na poupança-reforma.

No entanto, o PPR mantém a sua maior vantagem fiscal: a tributação das mais-valias, após 8 anos em carteira, é de apenas 8%, em vez de 20% no caso das mais-valias de acções e 21,5% no caso dos juros e dividendos.

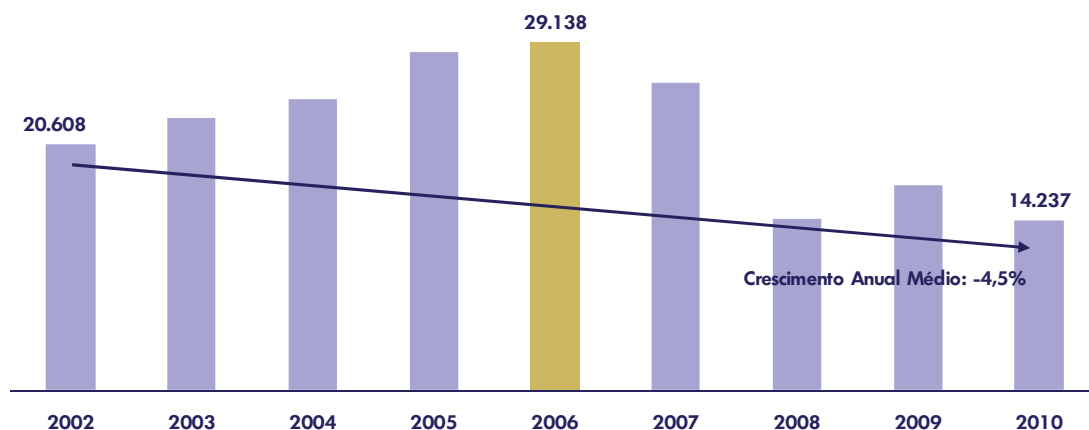
É muito provável que, nos próximos anos, a dinâmica de mercado seja mais influenciada pelas transferências de PPR entre sociedades gestoras do que pela produção nova. Este fenómeno deverá beneficiar aos fundos que tenham os melhores “track-records” em termos de performance.

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal

Mercado

O valor dos activos geridos em fundos de investimento mobiliário em Portugal diminuiu novamente em 2010, após uma natural retoma em 2009. Desde 2002, os activos sob gestão perderam, em média 4,5% por ano. Esse declínio vem a contra-corrente da tendência dos mercados accionistas: o Eurostoxx 50 ganhou, no mesmo período, 2,05%.

Fundos de Investimento Mobiliário – 2002-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário									
OICVM	20.608	22.857	23.848	26.560	26.096	21.986	10.535	11.653	8.759
Fundos Especiais de Investimento			567	1.730	3.042	3.777	3.809	5.570	5.478
Total	20.608	22.857	24.415	28.290	29.138	25.763	14.344	17.223	14.237

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

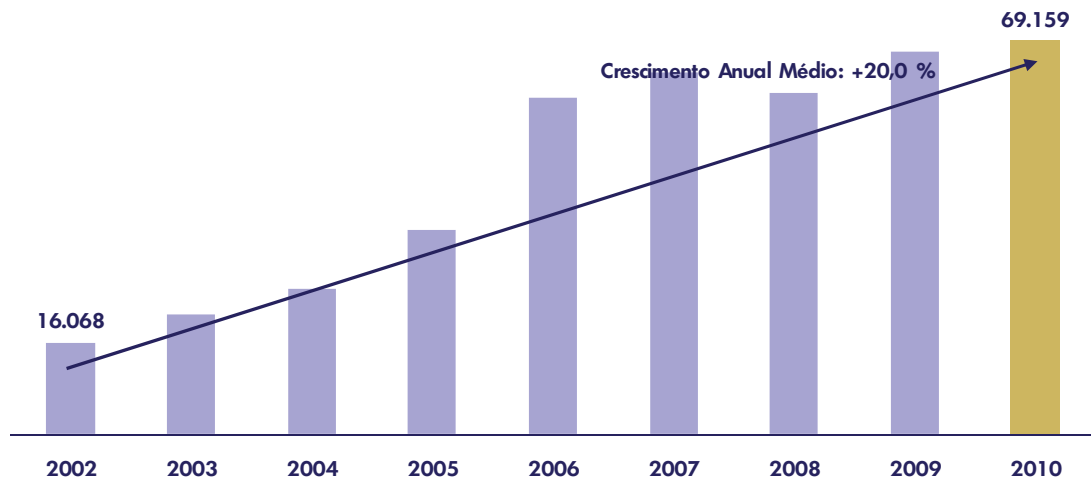
Fonte CMVM

O mercado da Gestão de Patrimónios em Portugal

Mercado

Ao contrário da gestão de fundos de investimento mobiliário, a gestão de carteira por conta de outrem teve um desempenho muito forte nos últimos anos, com um crescimento anual médio de 20%. Em 2002, os activos sob gestão nessa categoria não chegavam aos níveis da gestão de fundos de investimento mobiliário. A 31 de Dezembro de 2010, já a ultrapassavam com níveis quase 5 vezes superiores.

Gestão por Conta de Outrem – 2002-2010



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Gestão de Carteiras por Conta de Outrem									
Nº de Entidades Gestoras	43	46	46	48	52	52	55	51	48
Activos sob Gestão	16.068	21.094	25.611	35.790	59.098	63.621	60.073	67.254	69.159

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros

Fonte CMVM

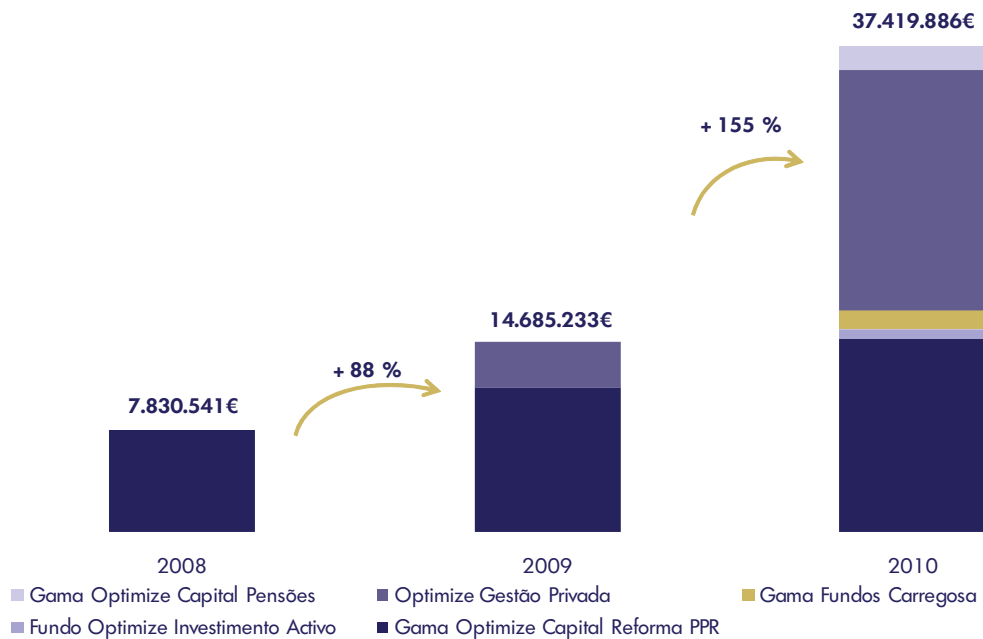
1.2 Aspectos mais salientes da actividade em 2010

Aceleração da actividade

Evolução dos activos geridos

O ano 2010 foi para a Optimize Investment Partners um ano de forte crescimento do valor dos activos sob gestão, com um aumento de 155%. A 31 de Dezembro de 2010, os valores atingiam 37.419.886€. Esse ligeiro atraso comparativamente com as previsões (44.000.000€) deve-se nomeadamente aos prazos de arranque dos novos produtos geridos pela empresa.

Activos sob Gestão – 2008-2010



	2008	2009	2010
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário			
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7.817.902	11.110.961	14.942.154
Fundo Optimize Investimento Activo	12.639	82.907	635.080
Gama Fundos Carregosa			1.487.000
Total	7.830.541	11.193.868	17.064.234
Gestão de Patrimónios			
Optimize Gestão Privada		3.491.365	18.536.864
Gama Optimize Capital Pensões			1.818.788
Total	0	3.491.365	20.355.652
Total	7.830.541	14.685.233	37.419.886

Valores em 31 de Dezembro, em euros

Os valores sob gestão no Fundo Optimize Investimento Activo são apresentados líquidos da participação de outros fundos de investimento geridos pela Optimize Investment Partners.

Performance e Volatilidade dos fundos geridos

Fundos que completaram um ano civil inteiro em 2010

Fundo	Início de actividade	Performance	Volatilidade
Optimize Capital Reforma PPR Acções	25-09-2008	+ 5,9 %	10,29 %
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	25-09-2008	+ 4,2 %	7,65 %
Optimize Investimento Activo	24-11-2008	+11,3 %	18,16 %

Fundos que iniciaram a sua actividade em 2010

Fundo	Início de actividade	UP inicial	UP a 31-12
Optimize Capital Reforma PPR Moderado	19-08-2010	10,0000 €	9,7759 €
Carregosa Technical Trading	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €
Carregosa Europa Valor	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €
Carregosa Brasil Valor	31-12-2010	1.000,0000 €	1.000,0000 €

Evolução da Produção

No ano de 2010 o net inflow atingiu 23.005.992€, multiplicando por um factor superior a 4 os valores conseguidos no ano anterior. A evolução deveu-se em parte à melhoria na captação de capitais nas linhas de produtos existentes, e ao arranque com êxito das novas gamas de fundos.

Produção Líquida e Ilíquida 2008-2010

	2008	2009	2010
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário			
Gama Optimize Capital Reforma PPR	7.801.114	2.111.440	3.290.049
	<i>7.831.114</i>	<i>2.192.382</i>	<i>4.580.586</i>
Fundo Optimize Investimento Activo	13.150	68.382	523.752
	<i>13.150</i>	<i>68.382</i>	<i>553.524</i>
Gama Fundos Carregosa			1.487.000
			<i>1.487.000</i>
Total	7.814.264	2.179.822	5.300.801
	<i>7.844.264</i>	<i>2.260.764</i>	<i>6.621.110</i>
Gestão de Patrimónios			
Optimize Gestão Privada		3.246.835	15.882.607
		<i>3.286.755</i>	<i>26.516.528</i>
Gama Optimize Capital Pensões			1.822.584
			<i>1.822.584</i>
Total	0	3.246.835	17.705.191
	<i>0</i>	<i>3.286.755</i>	<i>28.339.112</i>
Total	7.814.264	5.426.657	23.005.992
	<i>7.844.264</i>	<i>5.547.519</i>	<i>34.960.222</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

Produção por canal

O volume de produção ligado à rede de Consultores Optimize passou de 4.550.886 € em 2009 para 7.213.948 € este ano, representando um aumento de 58%. No entanto, em proporção da produção global, o canal indirecto diminui de 84% para 31%, com o aumento das vendas pelo canal internet (+ 164 %) e em directo pela equipa da Optimize Investment Partners (de 577.348 € em 2009 para 14.960.843 € em 2010)

Produção Líquida por canal em 2010

	Relacional	Internet	Directo	Indirecto	Total
Gama Optimize Capital Reforma PPR	627.752	801.578,00	1.429.330	1.860.719	3.290.049
Fundo Optimize Investimento Activo	384.370	29.623,00	413.993	109.759	523.752
Gama Fundos Carregosa	0	0	0	1.487.000	1.487.000
Optimize Gestão Privada	12.126.821	0	12.126.821	3.755.786	15.882.607
Gama Optimize Capital Pensões	1.822.584	0	1.822.584	0	1.822.584
	14.961.527	831.201	15.792.728	7.213.264	23.005.992

Desenvolvimento da gama de produtos

No ano de 2010, a Optimize Investment Partners desenvolveu a sua gama de produtos, de forma a multiplicar as suas possibilidades de crescimento, melhor responder à diversidade dos perfis de investidor, propor soluções face à nova realidade fiscal em Portugal.

Segmento da Poupança Reforma

A poupança reforma é o coração da actividade da Optimize Investment Partners. Essa posição central ficou reforçada em 2010 através da criação de um terceiro fundo na gama de Planos Poupança Reforma Optimize Capital Reforma: o fundo Optimize Capital Reforma PPR Moderado, que se destina a perfis de maior aversão ao risco, com um máximo de 5% dos Activos em acções. O fundo arrancou em 19 de Agosto de 2010.

Segmento da Gestão Individualizada de Carteiras

A Optimize Investment Partners tomou a responsabilidade da gestão de carteiras de três novos fundos de Pensões, criados em parceria com a Banif Açor Pensões, sociedade gestora de fundos de pensões: Optimize Capital Pensões Acções, Optimize Capital Pensões Equilibrado, Optimize Capital Pensões Moderado. Os fundos arrancaram em Novembro e Dezembro de 2010.

De acordo com o contrato celebrado em 25 de Outubro de 2010 com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos, esta última confere à Optimize Investment Partners, os poderes necessários e suficientes para, em seu nome e representação, administrar todos os activos que façam ou venham a fazer parte das carteiras dos Fundos. A remuneração da Optimize Investment Partners é fixada, na data de cada nova adesão aos Fundos e aplicável para essa mesma adesão, conforme estipulado nos respectivos Regulamentos de Gestão.

A Optimize Investment Partners também estabeleceu uma parceria de gestão de contratos de seguro de vida em fundo dedicado, com a Bâloise Assurances. No âmbito desse contrato, a Optimize gere cada fundo dedicado consoante a política de gestão definida nas condições específicas do contrato e mediante um mandato de gestão dado pela Bâloise Assurance à Optimize. A remuneração da Optimize Investment Partners é igualmente fixada nas condições específicas de cada de contrato de seguro de vida em fundo dedicado.

Segmento dos Fundos de Investimento

No âmbito de uma parceria comercial com o Banco LJ Carregosa, SA, a Optimize Investment Partners desenvolveu uma gama de três fundos de investimento: Carregosa Technical Trading, Carregosa Europa Valor e Carregosa Brasil Valor. Esses produtos foram concebidos integrando na Optimize recursos, competências e know-how na área da gestão de activos até agora desempenhados no Banco Carregosa.

1.3 Contas 2010

Resultados do exercício

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA realizou em 2010 um Produto Bancário de 344.454,60 €, e um resultado líquido de **-242.499,69€**, que se deve no essencial a despesas e custos de manutenção da actividade da Sociedade.

Síntese da Demonstração de resultado a 31 de Dezembro de 2010

	2010	2009
Juros e rendimentos similares	4.039,80 €	3.771,97 €
Juros e encargos similares	-2.380,95 €	-1.256,04 €
Margem Financeira	1.658,85 €	2.515,93 €
Rendimentos de serviços e comissões	435.253,11 €	214.850,64 €
Encargos com serviços e comissões	-94.844,30 €	-61.199,42 €
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-372,60 €	-458,90 €
Resultados de reavaliação cambial	-203,51 €	-40,47 €
Outros resultados de exploração	2.963,05 €	-3.920,27 €
Produto bancário	344.454,60 €	151.747,51 €
Custos com pessoal	-380.718,59 €	-362.354,17 €
Gastos gerais administrativos	-246.351,90 €	-182.461,71 €
Amortizações do exercício	-34.793,21 €	-34.309,88 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	-681,00 €	-582,00 €
Resultado antes de impostos	-318.090,10 €	-427.960,25 €
Impostos	75.590,41€	217.251,11 €
Resultado após impostos	-242.499,69 €	-210.709,14 €

Tesouraria em 31 de Dezembro de 2010

A empresa dispunha no final de 2010 de uma tesouraria de 293.085,48€.

Tesouraria em 31 de Dezembro

	2010	2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito	293.085,48 €	549.188,70 €
Aplicações em instituições de crédito	-	50.000,00 €
Tesouraria Total	293.085,48 €	599.188,7 €

Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, -242.499,69 €, seja aplicado em Resultados Transitados.

Perca de metade do capital

A 31 de Dezembro de 2010 a sociedade tinha um valor de capital de 640.290,99€, correspondendo a 41.7% do valor do capital social da empresa, representando uma perca de mais de metade do capital social da empresa. Em aplicação do Artº 35 do Código das

Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração irá propor aos Accionistas em assembleia-geral convocada no dia 15 de Abril, a adopção das seguintes de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, através da apresentação de um orçamento para o exercício 2011 e seguinte em conformidade com este objectivo.

Outras informações

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2010 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Perspectivas futuras

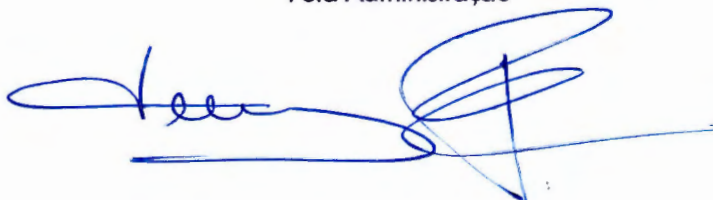
Em 2010 o crescimento da actividade da Optimize Investment Partners foi o resultado de o desenvolvimento das actividades de Fundos PPR e de Gestão Privada essencialmente. O início de actividade, em 31 de Dezembro, de 3 fundos de investimento criados em parceria com o Banco Carregosa será sem dúvida um dos principais aceleradores do crescimento da empresa em 2011. O ritmo de crescimento dos activos geridos deveria manter-se em níveis elevados. Sobretudo perspectiva-se que o ano de 2011 seja o primeiro ano de resultados positivos para a empresa, após 3 exercícios completos de actividade.

Factos relevantes após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2010, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Lisboa, 13 de Abril de 2010

Pela Administração



| 2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço em 31.12.2010 – Activo

Activo	Notas	2010			EUR
		2009	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
			1	2	3 = 1 - 2
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	293 085,48	0,00	293 085,48	549 188,70
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de result.		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros disponíveis para venda	2	20 212,00	0,00	20 212,00	10 600,00
Aplicações em instituições de crédito		0,00	0,00	0,00	50 272,60
Crédito a clientes		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos com acordo de recompra		0,00	0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos tangíveis	3	67 429,90	33 259,88	34 170,02	41 768,57
Activos intangíveis	4	67 946,47	56 223,78	11 722,69	30 346,15
Investimentos em associadas e filiais excluídas da		0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos correntes		0,00	0,00	0,00	812,32
Activos por impostos diferidos	5	293 121,18	0,00	293 121,18	216 438,79
Outros activos	6	143 114,65	0,00	143 114,65	59 512,10
Total de Activo		884 909,68	89 483,66	795 426,02	958 939,23

2.2 Balanço em 31.12.2010 – Passivo e capital

	Notas	2010	EUR 2009
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0.00	0.00
Passivos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Recursos de outras instituições de crédito		0.00	0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos		0.00	0.00
Responsabilidades representadas por títulos		0.00	0.00
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00
Passivos não correntes detidos para venda		0.00	0.00
Provisões	7	1,263.00	582.00
Passivos por impostos correntes	8	1,091.98	0.00
Passivos por impostos diferidos		0.00	0.00
Instrumentos representativos de capital		0.00	0.00
Outros passivos subordinados		0.00	0.00
Outros passivos	9	152,780.05	74,821.55
Total de Passivo		155,135.03	75,403.55
Capital			
Capital	10	1,538,470.00	1,538,470.00
Prémios de emissão		0.00	0.00
Outros instrumentos de capital		0.00	0.00
Acções próprias		0.00	0.00
Reservas de reavaliação	2	-845.00	-100.00
Outras reservas e resultados transitados		-654,834.32	-444,125.18
Resultado do exercício		-242,499.69	-210,709.14
Dividendos antecipados		0.00	0.00
Total de Capital		640,290.99	883,535.68
Total de Passivo e Capital		795,426.02	958,939.23

2.3 Demonstração de Resultado em 31.12.2010

		EUR	
	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	11	3,667.20	3,771.97
Juros e encargos similares	11	2,380.95	1,256.04
Margem financeira		1,286.25	2,515.93
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	12	435,253.11	214,850.64
Encargos com serviços e comissões	13	94,844.30	61,199.42
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0.00	-458.90
Resultados de reavaliação cambial	14	-203.51	-40.47
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	15	2,963.05	-3,920.27
Produto bancário		344,454.60	151,747.51
Custos com pessoal	16	380,718.59	362,354.17
Gastos gerais administrativos	17	246,351.90	182,461.71
Amortizações do exercício	3, 4	34,793.21	34,309.88
Provisões líquidas de reposições e anulações	7	681.00	582.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		0.00	0.00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-318,090.10	-427,960.25
Impostos			
Correntes		1,091.98	-812.32
Diferidos	5	-76,682.39	-216,438.79
Resultado após impostos		-242,499.69	-210,709.14

2.4 Demonstração de Rendimento Integral a 31.12.2010

EUR

Rubricas	31/12/2010	31/12/2009
Resultado do período	-242 499,69	-210 709,14
Ganhos/Perdas liquidas em títulos disponíveis para venda	-745,00	-100,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Ganhos/Perdas liquidas em diferenças cambiais	0,00	0,00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	-243 244,69	-210 809,14

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	EUR	
	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	2,909.10	102.83
Comissões recebidas	439,086.68	174,790.81
Pagamento de juros	-	
Pagamento de comissões	- 96,619.60	- 38,617.49
Pagamentos a empregados	- 266,550.93	- 246,505.38
Pagamentos a fornecedores	- 155,997.32	- 162,994.41
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	- 182,892.04	- 151,633.57
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	3,717.67	6,466.53
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	- 34,237.86	- 4,650.10
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-	815.31
	- 290,584.30	- 422,225.47
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de activos financeiros	50,000.00	400,000.00
Venda de activos tangíveis e intangíveis		
Juros e proveitos similares	503.30	4,018.63
Dividendos		
Pagamentos respeitando a:		
Acquisição de activos financeiros	- 10,374.81	- 10,700.00
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	- 5,647.41	
Juros e proveitos similares	-	368.49
Dividendos		
	34,481.08	392,950.14
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	-	538,470.00
Subsídios de doações		
Vendas de acções próprias		
Cobertura de prejuizos		
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Acquisições de acções próprias		
	0.00	538,470.00
VARIACAO LIQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-256,103.22	509,194.67
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO	549,188.70	39,994.03
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO	293,085.48	549,188.70

2.6 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31.12.2010

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2008	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-444 125,18	555 874,82
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2008						-444 125,18	444 125,18	0,00
Aumento de capital social	538 470,00							538 470,00
Rendimento Integral 2009				-100,00			-210 709,14	-210 809,14
Saldos em 31/12/2009	1 538 470,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-444 125,18	-210 709,14	883 535,68
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2009						-210 709,14	210 709,14	0,00
Aumento de capital social								0,00
Rendimento Integral 2010				-745,00			-242 499,69	-243 244,69
Saldos em 31/12/2010	1 538 470,00	0,00	0,00	-845,00	0,00	-654 834,32	-242 499,69	640 290,99

| 3 Anexos

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos Órgãos Sociais

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Carlos Ahrens Teixeira Esteves
Secretário	Tiago da Silva Delfim de Matos

Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Jean-François Canton, em representação de Comgest SA Thibault de Saint-Priest, em representação de Acofi Participations SARL João Pereira Leite, em representação de Banco Carregosa SA António Carvalho

Fiscal Único

Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. representada por João Carlos Miguel Alves
Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, ROC

Informação sobre a participação no capital social dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, não existem membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade.

Informação sobre as participações de accionistas no capital da sociedade

Em 31/12/2010, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura accionista da sociedade é a seguinte:

Accionista	Acções	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	100.000	65%
Banco LJ Carregosa, SA	30.760	20%
Cdte. António Carvalho	23.087	15%
	153.847	100%

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário, de gestão discricionária de carteiras, e comercialização de unidades de participação de organismos de investimento colectivo geridos por outrem, com o número de registo 339.

Bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

Alterações de políticas contabilísticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. No final deste anexo encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010. "

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Comissão de gestão

A comissão de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respectivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

b) Comissão de Gestão Privada

A comissão de Gestão Privada, corresponde à remuneração da sociedade pela sua actividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respectivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua actividade encontram-se reflectidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas estabelecidas para fins fiscais, as quais se consideram traduzir a vida útil esperada dos bens.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reflectidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente é de 3 anos.

e) Especialização de exercícios

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Impostos sobre lucros

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

g) Impostos Diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

f) Acontecimentos supervenientes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam

indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 1)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósito à Ordem	293.085,48	549 188,70
Banco LJ Carregosa	49.997,92	538 470,00
BBVA	7.917,83	10 203,64
Banif Banco de Investimento	235.169,73	515,06

Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 2)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Activos financeiros disponíveis para venda		
OT PGB 5 06/15/12 – PTOTEKOE0003	20 212,00	10 600,00

Activos financeiros disponíveis para venda

OT PGB 5 06/15/12

Saldo a 31.12.2009	10 600,00
Activos adquiridos - Custo de aquisição	10 357,00
Activos alienados	0,00
Registo em reservas decorrentes da valorização	-745,00
Justo valor a 31.12.2010	20 212,00

O título OT PGB 5 06/15/12 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 5% e vencimento em 15/06/2012.

Outros activos tangíveis (Nota 3)

Os activos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Activo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	35 421,41	-	1 327,01	-	-	36 748,42
Outras máquinas administrativas	-	-	897,95	-	-	897,95
Equipamento informático	22 773,75	-	3 527,68	-	-	26 301,43
Instalações interiores	3 482,38	-	-	-	-	3 482,10
Total Bruto	61 677,54	-	5 752,64	-	-	67 429,90
Mobiliário e material	7 381,14	-	4 497,27	-	-	11 878,41
Outras máquinas administrativas	-	-	84,15	-	-	84,15
Equipamento informático	11 802,43	-	8 334,25	-	-	20 136,68
Instalações interiores	725,40	-	435,24	-	-	1 160,64
Total amortizações	19 908,97	-	13 350,91	-	-	33 259,88
Total Líquido	41 768,57	-	7 598,27	-	-	34 170,02

Activos Intangíveis (Nota 4)

Os activos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Activo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	65 127,63	-	2 818,84	-	-	67 946,47
Total Bruto	65 127,63	-	2 818,84	-	-	67 946,47
Software	34 781,48	-	21 442,30	-	-	56 223,78
Total amortizações	34 781,48	-	21 442,30	-	-	56 223,78
Total Líquido	30 346,15	-	-18 623,46	-	-	11 722,69

Activos por impostos diferidos (Nota 5)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Activos por impostos diferidos	293 121,18	216 438,79
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2008	110 612,00	110 612,00
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2009	105 826,79	105 826,79
Impostos diferidos sobre o resultado do exercício 2010	76 682,39	-

Tendo em conta as perspectivas de lucro estabelecidas para os exercícios 2011 e seguintes, foi considerado oportuno integrar um activo por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais dos exercícios de 2008 (-442.448,00€), 2009 (-423.307,17€) e 2010 (-305 884,54€), correspondendo a 25% da totalidade desses prejuízos. É estimado que o prejuízo fiscal dedutíveis correspondendo ao exercício de 2008 será utilizado integralmente até ao exercício de 2013, enquanto o prejuízo de 2009 será utilizado integralmente até ao exercício de 2014, e o de 2010 será utilizado integralmente até ao exercício de 2015.

Outros activos (Nota 6)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros activos	143 114,65	59 512,10
Sector público administrativo	45 427,03	824,32
<i>IRC - PEC</i>	<i>1 229,70</i>	<i>0,00</i>
<i>IRC - Ret. Fonte - juros bancários</i>	<i>715,83</i>	<i>824,32</i>
<i>DGCI</i>	<i>100,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Retenções IRS clientes</i>	<i>42 836,29</i>	<i>0,00</i>
<i>Juros de activos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>545,21</i>	<i>0,00</i>
Devedores diversos	15 526,66	8 902,26
<i>Hercesa - Caução renda escritório</i>	<i>7 744,00</i>	<i>7 744,00</i>
<i>Banif Amoreiras</i>	<i>238,62</i>	<i>78,74</i>
<i>CTT conta corrente</i>	<i>455,19</i>	<i>71,84</i>
<i>Banco LJ Carregosa</i>	<i>4 279,89</i>	<i>0,00</i>
<i>Optimize Mediação</i>	<i>1 530,00</i>	<i>220,00</i>
<i>Portline</i>	<i>173,25</i>	<i>0,00</i>
<i>Outros devedores</i>	<i>1 105,71</i>	<i>787,68</i>
Devedores diversos - Fundos	22 390,46	17 658,31
<i>Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR</i>	<i>13 959,81</i>	<i>12 946,31</i>
<i>Optimize Capital Reforma Acções PPR</i>	<i>5 534,40</i>	<i>3 418,92</i>
<i>Optimize Capital Reforma Moderado PPR</i>	<i>612,02</i>	
<i>Optimize Capital Reforma Inv. Activo</i>	<i>2 284,23</i>	<i>1 293,08</i>
Clientes Gestão Privada	48 716,39	32 131,08
<i>Comissão Fixa</i>	<i>45 798,75</i>	<i>13 405,13</i>
<i>Comissão de Entrega</i>	<i>773,37</i>	<i>2 012,60</i>
<i>Comissão de Performance</i>	<i>2 144,27</i>	<i>16 713,35</i>
Despesas com Encargos Diferidos	11 459,68	6 939,05
<i>Seguros</i>	<i>3 157,03</i>	<i>464,68</i>
<i>Outras Rendas</i>	<i>3 197,85</i>	<i>3 188,29</i>
<i>Outras</i>	<i>5 104,80</i>	<i>3 286,08</i>
Outras Contas de Regularização	-405,57	-6 942,92

Provisões (Nota 7)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Provisões	1.263,00	582,00
Provisões para risco geral de crédito	1.263,00	582,00

Provisões

<hr/>	
Provisões para risco geral de crédito	
<hr/>	
Saldo 31.12.2009	582,00
Aumento	681,00
<hr/>	
Reposições e anulações	-
<hr/>	
Saldo 31.12.2010	1 263,00
<hr/>	

As provisões para risco geral de crédito, são constituídas ao abrigo de Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Passivos por impostos correntes (Nota 8)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Passivos por impostos correntes	1.091,98	-
Retenção de IRC na fonte	1.091,98	-

Outros passivos (Nota 9)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros passivos	152 780,05	74 821,55
Credores - Sector público administrativo	56 882,12	13 637,25
<i>Retenção de impostos na fonte</i>	<i>49 601,80</i>	<i>5 911,74</i>
<i>Contribuições para a segurança social</i>	<i>7 280,32</i>	<i>7 725,51</i>
Credores por fornecimento de bens	41 973,91	22 820,78
Outros Credores	13 558,92	18 403,28
<i>Angariadores</i>	<i>10 295,76</i>	<i>11 288,69</i>
<i>Empresas do grupo</i>	<i>0,00</i>	<i>5 652,88</i>
<i>Outras empresas</i>	<i>0,00</i>	<i>197,77</i>
<i>Despesas colaboradores</i>	<i>3 263,16</i>	<i>1 263,94</i>
Encargos a pagar	40 365,10	19 960,24
<i>Remunerações de empregados</i>	<i>18 436,36</i>	<i>11 281,00</i>
<i>Encargos sociais</i>	<i>4 378,64</i>	<i>2 679,24</i>
<i>Outros encargos a pagar</i>	<i>17 550,10</i>	<i>6 000,00</i>

Capital (Nota 10)

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 1.538.470 euros totalmente realizado em dinheiro.

A 31 de Dezembro de 2010 a sociedade tinha um valor de capital de 640.290,99€, correspondendo a 41.7% do valor do capital social da empresa, representando uma perda de mais de metade do capital social da empresa. Em aplicação do Artº 35 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração irá propor aos Accionistas em assembleia-geral convocada no dia 16 de Abril, a adopção das seguintes medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, através da apresentação de um orçamento para o exercício 2011 e seguinte em conformidade com este objectivo:

Continuação de um forte desenvolvimento da actividade de gestão de fundos de investimentos, nomeadamente pelo crescimento dos 3 fundos iniciados em 31 de Dezembro de 2010 em parcerias com o Banco Carregosa

Continuação de um forte desenvolvimento da actividade de gestão de contratos de seguros em fundos dedicados em parceria com a Baloise Assurance

Manutenção de uma política de contenção da despesa geral

Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares (Nota 11)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	1 286,25	2 515,93
Juros e rendimentos similares	3 667,20	3 771,97
<i>Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras</i>	<i>2 912,40</i>	<i>2 908,96</i>
<i>Juros de activos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>754,80</i>	<i>863,01</i>
Outros juros e encargos similares	2 380,95	1 256,04

Rendimentos de serviços e comissões (Nota 12)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de serviços e comissões	435 253,11	214 850,64
Comissão de gestão de fundos de investimento	243 977,71	175 983,75
Comissões de gestão de discricionária	191 275,40	38 866,89
<i>Comissão Fixa</i>	<i>137 823,84</i>	<i>9 879,02</i>
<i>Comissão Performance</i>	<i>12 029,73</i>	<i>13 927,78</i>
<i>Comissão de Entrega</i>	<i>41 421,83</i>	<i>15 060,09</i>

Encargos com serviços e comissões (Nota 13)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Encargos com serviços e comissões	94 844,30	61 199,42
Comissões por depósito e guarda de valores	24 957,63	34 087,19
Honorários angariadores	69 880,54	26 227,25
Por serviços bancários prestados	6,13	884,98

O valor de 69.880,54€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pela rede de agentes vinculados.

Resultados em operações financeiras (Nota 14)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Resultados em operações financeiras	-203,51	-40,47
Resultados de reavaliação cambial	-203,51	-40,47
<i>Ganhos em diferenças cambiais</i>	<i>131,88</i>	<i>327,56</i>
<i>Perdas em diferenças cambiais</i>	<i>-335,39</i>	<i>-368,03</i>

Outros resultados de exploração (Nota 15)

Essa rubrica tem a seguinte composição

	2010	2009
Outros resultados de exploração	2 963,05	-3 920,27
Outros encargos e gastos operacionais	-5 802,34	-2 403,11
Imposto selo e outros impostos	-20,93	-50,86
Outras perdas em operações financeiras	0,00	-1 472,23
Outros rendimentos e receitas operacionais	8 786,32	5,93

O valor de 8.786,32 € corresponde à regularização anual por cálculo pro-rata definitivo do valor de IVA à liquidar, por 8715,72€, e 70,60€ de outros ganhos e rendimentos operacionais.

Custos com pessoal (Nota 16)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custos com pessoal	380 718,59	362 354,17
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	154 430,64	150 129,06
Remuneração de empregados	162 901,54	151 619,79
Encargos sociais obrigatórios	61 322,20	56 194,63
Outros custos com pessoal	2 064,21	4 410,69

Gastos Gerais Administrativos (Nota 17)

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Gastos Gerais Administrativos	246 351,90	182 461,71
Gastos gerais com fornecimentos	19 959,55	16 267,73
<i>Água, energia e combustíveis</i>	3 201,83	2 903,61
<i>Material de consumo corrente</i>	13 540,89	11 946,91
<i>Outros fornecimentos de terceiros</i>	3 216,83	1 417,21
Gastos gerais com Serviços	226 392,35	166 193,98
<i>Rendas e alugueres</i>	38 259,48	40 739,23
<i>Comunicações</i>	15 545,51	14 269,72
<i>Deslocações estadas e representação</i>	16 061,26	7 713,87
<i>Publicidade</i>	24 126,06	11 437,51
<i>Conservação e reparação</i>	7 705,18	7 047,89
<i>Seguros</i>	6 918,54	6 207,42
<i>Serviços especializados</i>	111 143,21	78 718,72
<i>Outras Avenças</i>	22 686,73	2 844,00
<i>Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários</i>	14 125,33	21 488,50
<i>Informática</i>	49 806,22	29 926,57
<i>Limpeza</i>	3 440,88	3 441,60
<i>Informações</i>	21 084,05	21 018,05
<i>Outros serviços</i>	6 633,11	59,62

Os honorários facturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de €9.700,00.

Valores extra-patrimoniais

Valores extra-patrimoniais	55 169 188,06
Compromissos perante terceiros	37 419,83
Sistema de Indemnização aos Investidores	37 419,83
Valores administrados pela instituição	55 131 768,23
Gestão de Carteiras	37 419 886,32
Fundos de Investimento geridos	17 711 881,91

Saldos com entidades relacionadas

Entidade Relacionada	EUR	
	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2009	220.00	-5,652.88
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2010	1,530.00	0.00

Reconciliação de taxas de impostos sobre o rendimento

	EUR	
	2010	2009
Resultado Antes de Imposto	-242,499.69	-210,709.14
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros		
Taxa legal de imposto sobre o rendimento	25%	25%
Adicionais sobre a taxa legal	1.50%	1.50%
Despesas não dedutíveis	3,234.47	1,259.57
Receitas não tributáveis	0.00	0.00
Tributação Autónoma	1,091.98	712.05
Carga Fiscal Total	1,091.98	712.05
Taxa Efectiva	0%	0%
Despesas não dedutíveis	2010	2009
Prémios de seguros e contribuições	1,989.05	1,516.28
Provisões não dedutíveis	681.00	582.00
Despesas não documentadas	0.00	59.62
Desp. desloc. viatura própria	2,902.40	2,595.18
Correcções relativas a exerícios anteriores	6,633.11	0.00
	12,205.56	4,753.08

Riscos da sociedade

	2010	2009
Risco de crédito	444 812,81	549 188,70
Disponibilidades em outras instituições de crédito	293 085,48	549 188,70
Estado e outras entidades públicas	65 093,82	11 424,32
Fundos de investimento	22 390,46	17 658,31
Clientes	48 716,39	32 131,08
Outros devedores	15 526,66	8 902,26
	2010	2009
Risco de taxa de juro	20 212,00	10 600,00
OT PGB 5 06/15/12 – PTOTEKOE0003	20 212,00	10 600,00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31.12.2010, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de facturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31.12.2010.

Volume de emprego

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 8.

Forma como se realizou o Capital Social

O capital social inicial de 1.538.470 Euros foi realizado em dinheiro.

Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal

O capital social da empresa no valor de 1.538.470 Euros está representado por 153.847 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 100.000 acções do capital da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, o que corresponde uma participação de 65%.

Notas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

- a) **Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia**

IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;

as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;

clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;

refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.

Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.

Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.

IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.

IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente. *[Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].*

IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill* é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual,

dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.

IFRIC 9 – Reavaliação de derivativos embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivativos embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.

IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;

Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;

Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

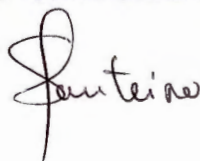
Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

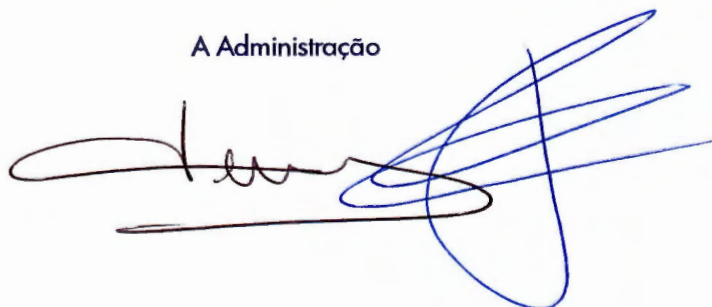
IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.”

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



4 Certificação Legal das Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Optimize Investment Partners, SGFIM, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 795.426,02 Euros e um total de capital próprio de 640.290,99 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 242.499,69 Euros), a Demonstração de Resultado, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Optimize Investment Partners, SGFIM, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Conforme referido no Relatório de Gestão e na nota 10 do Anexo às Demonstrações Financeiras a Sociedade perdeu mais de metade do capital social, situação esta que determina a aplicação do Artigo 35º do código das Sociedades Comerciais. Assim, o Conselho de Administração irá apresentar na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011 um orçamento para o exercício de 2011, cuja realização irá permitir a resolução da situação acima referida.

Lisboa, 14 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Optimize Investment Partners, SGFIM, S.A. referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno ;
- Estivémos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultado, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivémos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Optimize Investment Partners, SGFIM, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, as Demonstrações de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 14 de Abril de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:


João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)